

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

ID da proposta	Processo	Atividade / Procedimento
PR/2025/39708	52576/2025	Proposta à Câmara Municipal
Unidade Administrativa		
DJ - DAAJ - DIVISÃO		
Propósito		
Órgãos Colegiais \ Deliberação Câmara Municipal		
Órgão/Cargo que resolve		
Câmara Municipal de Braga		

PROPOSTA DE RESOLUÇÃO

ASSUNTO: Aprovação Final – Alteração ao Código Regulamentar do Município de Braga, ao Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais no Âmbito de Impostos Municipais do Município de Braga, ao Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Braga e revogação do Regulamento do Prémio Literário Maria Ondina Braga

Considerando que:

I. No dia 08/09/2025, em reunião do Executivo Municipal foi aprovado o início do procedimento de alteração regulamentar ao Código Regulamentar do Município de Braga, ao Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais no Âmbito de Impostos Municipais do Município de Braga e ao Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Braga;

II. Em cumprimento do disposto no artigo 98.º do Código do Procedimento Administrativo (CPA), foi publicitado no dia 12/09/2025, no sítio do Município de Braga, na Internet, o início do procedimento administrativo relativo ao presente Projeto de Regulamento para constituição dos interessados que entendessem apresentar os seus contributos no prazo de 10 dias, nos termos legais;

III. O prazo para a constituição de interessados terminou no dia 26/09/2025, não tendo havido constituição de interessados;

IV. Nos termos do disposto no artigo 101.º do Código do Procedimento Administrativo, a consulta pública constitui um mecanismo de participação dos interessados na elaboração de regulamentos administrativos, devendo ser promovida quando da decisão possam resultar efeitos significativos para direitos ou interesses legalmente protegidos, ou «quando a natureza da matéria o justifique»;

V. Contudo, a presente proposta de alteração não vem introduzir alterações substanciais ao regime jurídico existente, nem implica quaisquer restrições de direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos ou agentes económicos. Antes só, pretende-se eliminar redundâncias,



garantir uma maior clareza regulamentar e reforçar a segurança jurídica dos munícipes e dos serviços municipais responsáveis pela sua aplicação, não alterando substancialmente o regime já instituído;

VI. Concomitantemente, desde há alguns anos a esta data, verifica-se uma descontinuidade da aplicação prática do Regulamento do Prémio Literário Maria Ondina Braga, aprovado em 2015, e a consequente obsolescência das suas disposições face aos objetivos estratégicos atuais.

Atualmente, encontra-se em fase de constituição um grupo de trabalho que pretende regulamentar o Grande Prémio de Literatura de Viagens Maria Ondina Braga, que visa especificamente o reconhecimento e a distinção de autores portugueses com obras publicadas no género literário Literatura de Viagens, introduzindo um novo modelo de organização e estabelecendo prémios de natureza e valor distintos dos previstos no regulamento proposto a revogação.

VII. Deste modo, porque no prazo concedido para o efeito, não se constituiu nenhuma pessoa ou entidade como interessada no procedimento, entende-se que a presente alteração regulamentar não tem enquadramento legal na obrigatoriedade de submissão do projeto a consulta pública, prevista naquele artigo 101.º do CPA, propondo-se a sua dispensa;

VIII. De acordo com o disposto no artigo 33.º, n.º 1, alínea k), do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, compete à Câmara Municipal elaborar e submeter à aprovação da Assembleia Municipal os projetos de regulamentos externos do Município e nos termos do artigo 25.º, n.º 1, alínea g), do mesmo normativo legal, compete à Assembleia Municipal, sob proposta da câmara municipal, aprovar os regulamentos com eficácia externa do Município;

ASSIM,

propõe-se que a Câmara Municipal delibere submeter à aprovação da Assembleia Municipal de Braga, nos termos da alínea k), do n.º 1, do artigo 33.º, do referido Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, e para os efeitos constantes da alínea g), do n.º 1, do artigo 25.º, do mesmo diploma legal, o Projeto de Alteração ao Código Regulamentar do Município de Braga, ao Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais no Âmbito de Impostos Municipais do Município de Braga e ao Regulamento do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos do Município de Braga e a revogação do Regulamento do Prémio Literário Maria Ondina Braga, conforme tabela final do presente documento, que faz parte integrante da presente proposta, verificados que estão todos os pressupostos do seu procedimento.

DOCUMENTO ASSINADO ELETRONICAMENTE

